

COORDENADORES
ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO
HUMBERTO DALLA BERNARDINA DE PINHO
LUIZ FUX

ESTUDOS DE DIREITO PROCESSUAL EM HOMENAGEM A PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO

AUTORES

Adroaldo Furtado Fabricio • Aline de Miranda Valverde Terra / Leonardo Faria Schenk • Aluisio Gonçalves de Castro Mendes • Ana Paula de Barcellos • Anderson Schreiber • Antonio Aurelio Abi Ramia Duarte • Antônio Celso Alves Pereira • Antonio do Passo Cabral • Bruno Dantas / Caio Victor Ribeiro • Bruno Freire e Silva • Cândido Rangel Dinamarco • Carlos Roberto Barbosa Moreira • Carmen Tiburcio • Cassio Scarpinella Bueno • Daniel de Oliveira Pontes • Daniel Queiroz Pereira / Daniela Bastos Souza Gonçalves • Daniel Vianna Vargas • Fátima Nancy Andrighi • Felipe Carvalho Gonçalves da Silva • Flávia Pereira Hill • Flávio Luiz Yarshell • Flávio Maia Fernandes dos Santos • Flávio Mirza • Fredie Didier Jr. • Gustavo Tepedino / Milena Donato Oliva • Heitor Vitor Mendonça Sica • Heloisa Helena Barboza • Humberto Dalla Bernardina de Pinho • Humberto Santarosa de Oliveira • Humberto Theodoro Júnior • José Augusto Garcia de Sousa • José Roberto dos Santos Bedaque • José Roberto Sotero de Mello Porto • José Rogério Cruz e Tucci • Juliana Cordeiro de Faria • Kazuo Watanabe • Leonardo Greco • Luís Roberto Barroso / Patrícia Perrone Campos Mello • Luiz Fux / Bruno Bodart • Luiz Guilherme Marinoni • Luiz R. Wambier • Luiz Roberto Ayoub • Marcelo Mazzola • Marco Antonio Rodrigues • Marco Aurélio Mello • Nelson Luiz Pinto • Osmar Mendes Paixão Côrtes • Paulo Cezar Pinheiro Carneiro Filho • Paulo Henrique dos Santos Lucon / Raul Longo Zocal • Rafael Estrela Nóbrega • Ricardo

GZ

EDITORA

Rio de Janeiro

2019

1ª edição – 2019

© *Copyright*

Aluisio Gonçalves de Castro Mendes / Cândido Rangel Dinamarco /
Humberto Dalla Bernardina de Pinho / Luiz Fux

Presidente do Conselho Editorial
Nelson Nery Costa

Diagramação
Olga Martins

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

F121e

Estudos de Direito Processual em Homenagem a Paulo Cezar Pinheiro Carneiro / - 1. ed. - Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2019.

1016 p.; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-9524-057-5

1. Direito processual - Brasil.

19-55504

CDU: 340(81)

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela
EDITORA GZ

Av. Erasmo Braga, 299 – sala 202
CEP: 20020-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tels.: (0XX21) 2240-1406 / 2240-1416 – Fax: (0XX21) 2240-1511
contato@editoragz.com.br
www.editoragz.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

134 12

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
<i>Min. Luiz Fux</i>	V
APRESENTAÇÃO	
<i>Aluisio Gonçalves de Castro Mendes / Cândido Rangel Dinamarco / Humberto Dalla Bernardina de Pinho / Luiz Fux</i>	VII
SOBRE OS COORDENADORES E AUTORES	IX
RESGATANDO A GENEALOGIA DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR)	
<i>Aluisio Gonçalves de Castro Mendes</i>	1
O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO, SUA ÁREA DE INCIDÊNCIA E SUAS LIMITAÇÕES	
<i>Cândido Rangel Dinamarco</i>	15
A CONTRIBUIÇÃO DE PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO PARA A DENSIFICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL	
<i>Humberto Dalla Bernardina de Pinho</i>	37
O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: SUPERANDO AS FRONTEIRAS ENTRE COMMON LAW E CIVIL LAW	
<i>Min. Luiz Fux / Bruno Bodart</i>	55
ACÇÃO E DIREITO DE AGIR: UM ESBOÇO DE DISTINÇÃO	
<i>Adroaldo Furtado Fabrício</i>	61
INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO E AUTOTUTELA: O EXEMPLO DA CLÁUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA	
<i>Aline de Miranda Valverde Terra / Leonardo Faria Schenk</i>	81
DIREITO PROCESSUAL COLETIVO E O CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: OS DESAFIOS DA COLABORAÇÃO E DA INFORMAÇÃO	
<i>Ana Paula de Barcellos</i>	97
ACORDOS DE COLABORAÇÃO PREMIADA E DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	
<i>Anderson Schreiber</i>	117
ÉTICA E PROCESSO	
<i>Antonio Aurelio Abi Ramia Duarte</i>	139
MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E DIREITOS HUMANOS	
<i>Antônio Celso Alves Pereira</i>	155
REQUISITOS DE RELEVÂNCIA NO SISTEMA RECURSAL ALEMÃO	
<i>Antonio do Passo Cabral</i>	169
A CONTRIBUIÇÃO DE PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO PARA A PRINCIPALIDADE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: NOTAS SOBRE O CONTRADITÓRIO PARTICIPATIVO	
<i>Bruno Dantas / Caio Victor Ribeiro</i>	181

O PROCESSO DO TRABALHO SE APROXIMOU DO PROCESSO CIVIL NA REFORMA TRABALHISTA? .. <i>Bruno Freire e Silva</i>	195
O DEVER DE MOTIVAÇÃO NA HIPÓTESE DO ART. 1.021, § 3º, DO NCPC <i>Carlos Roberto Barbosa Moreira</i>	209
CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO EM CONTRATOS INTERNACIONAIS: ESPÉCIES DE CLÁUSULAS, AUTONOMIA E ALCANCE OBJETIVO E SUBJETIVO DO ACORDO <i>Carmen Tiburcio</i>	219
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS: RESISTÊNCIAS À APLICAÇÃO DO ART. 85 DO CPC DE 2015 <i>Cassio Scarpinella Bueno</i>	235
A VINCULAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AOS JULGAMENTOS DE CASOS REPETITIVOS: DISCUSSÕES SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE <i>Daniel de Oliveira Pontes</i>	251
O ASSÉDIO PROCESSUAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO <i>Daniel Queiroz Pereira / Daniela Bastos Souza Gonçalves</i>	265
A OPEROSIDADE NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 <i>Daniel Vianna Vargas</i>	305
A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA NA CONSTRUÇÃO DA TESE DA TAXATIVIDADE MITIGADA DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC <i>Fátima Nancy Andrichi</i>	321
INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS, PRECEDENTE E GARANTIAS FUNDAMENTAIS <i>Felipe Carvalho Gonçalves da Silva</i>	335
MEDIAÇÃO NOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS <i>Flávia Pereira Hill</i>	357
GRAVAÇÕES OBTIDAS EM VIOLAÇÃO À LEALDADE E À BOA-FÉ (EM PARTICULAR NO CONTEXTO DO PROCESSO ELEITORAL) <i>Flávio Luiz Yarshell</i>	379
NECESSIDADE OU NÃO DE REUNIÃO, PARA JULGAMENTO CONJUNTO, DOS PROCESSOS DE REVISÃO DE CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BEM MÓVEL E DE BUSCA E APREENSÃO DO MESMO BEM <i>Flávio Maia Fernandes dos Santos</i>	391
REFLEXÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO JUIZ DE GARANTIAS: DEPURANDO O SISTEMA ACUSATÓRIO <i>Flávio Mirza</i>	395
PRINCÍPIO DA BOA-FÉ PROCESSUAL NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO E SEU FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL <i>Fredie Didier Jr.</i>	407
A ELEIÇÃO CONTRATUAL DO FORO <i>Gustavo Tepedino / Milena Donato Oliva</i>	417
ANÁLISE CRÍTICA DA TIPOLOGIA DOS ATOS DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL A DICOTOMIA CITAÇÃO-INTIMAÇÃO NO CPC DE 2015 <i>Heitor Vitor Mendonça Sica</i>	433

O ACESSO À JUSTIÇA E A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA <i>Heloisa Helena Barboza</i>	463
O MICROSSISTEMA DE CASOS REPETITIVOS: APONTAMENTOS SOBRE O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E OS RECURSOS REPETITIVOS <i>Humberto Santarosa de Oliveira</i>	477
INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS: NATUREZA E FUNÇÃO <i>Humberto Theodoro Júnior</i>	503
A TRÍADE CONSTITUCIONAL DA TEMPESTIVIDADE DO PROCESSO (EM SENTIDO AMPLO): CELERIDADE, DURAÇÃO RAZOÁVEL E TEMPESTIVIDADE ESTRUTURAL <i>José Augusto Garcia de Sousa</i>	527
ACESSO À JUSTIÇA: VIA JURISDICIONAL E MEIOS EQUIVALENTES <i>José Roberto dos Santos Bedaque</i>	567
A FIXAÇÃO DE TESES JURÍDICAS À LUZ DO ACESSO À JUSTIÇA E DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO <i>José Roberto Sotero de Mello Porto</i>	577
AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO NO NOVO CPC <i>José Rogério Cruz e Tucci</i>	599
O CHAMAMENTO AO PROCESSO COMO TÉCNICA DE EFETIVIDADE DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL: UMA RELEITURA DO MODELO À LUZ DO CPC 2015 <i>Juliana Cordeiro de Faria</i>	629
RACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA COM GERENCIAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS DE INTERESSES <i>Kazuo Watanabe</i>	651
DESAFIOS À COISA JULGADA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL <i>Leonardo Greco</i>	657
O PAPEL CRIATIVO DOS TRIBUNAIS: TÉCNICAS DE DECISÃO EM CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE <i>Luís Roberto Barroso / Patrícia Perrone Campos Mello</i>	701
ARBITRAGEM E COISA JULGADA SOBRE QUESTÃO <i>Luiz Guilherme Marinoni</i>	731
A FLEXIBILIDADE DO PROCEDIMENTO E O DEVER DE COOPERAÇÃO NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO <i>Luiz R. Wambier</i>	747
O PROCESSO COMO INSTRUMENTO DE RESULTADO E A PRIMAZIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO <i>Luiz Roberto Ayoub</i>	761
TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA ARBITRAGEM: DO CLÁSSICO AO CIRCUITO ALTERNATIVO E ALGUNS “CURTAS-METRAGENS” <i>Marcelo Mazzola</i>	771
A IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO COMO INSTRUMENTO DE EFICIÊNCIA PROCESSUAL E DE ACESSO À JUSTIÇA <i>Marco Antonio Rodrigues</i>	803

A MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO: ANÁLISE E CRÍTICA AO INSTITUTO SOB A ÓPTICA CONSTITUCIONAL	
<i>Marco Aurélio Mello</i>	817
NECESSIDADE DE MAIOR EFETIVIDADE NO CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA CIVIL	
<i>Nelson Luiz Pinto</i>	829
AS NULIDADES ACOLHIDAS PELOS TRIBUNAIS SUPERIORES EM RECURSOS DE NATUREZA EXTRAORDINÁRIA À LUZ DO ARTIGO 1025 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
<i>Osmar Mendes Paixão Côrtes</i>	839
UM CONTEUDO MÍNIMO A TÍTULO DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	
<i>Paulo Cezar Pinheiro Carneiro Filho</i>	849
DESLEALDADE PROCESSUAL E TUTELA PROVISÓRIA: UMA RELAÇÃO POUCO EXPLORADA	
<i>Paulo Henrique dos Santos Lucon / Raul Longo Zocal</i>	869
CAMINHOS DO PROCESSO PENAL COOPERATIVO	
<i>Rafael Estrela Nóbrega</i>	889
COISA JULGADA TRIBUTÁRIA E O NOVO CPC	
<i>Ricardo Lodi Ribeiro</i>	913
O DIREITO DE SUPERFÍCIE E O DIREITO DE LAJE	
<i>Ricardo Pereira Lira</i>	935
DO ASSENTO PORTUGUÊS AO PRECEDENTE BRASILEIRO	
<i>Roberto Rosas</i>	951
ACESSO À JUSTIÇA E SUAS NOVAS FACETAS	
<i>Rodrigo Fux</i>	957
ACESSO À JUSTIÇA, CONTRADITÓRIO E FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA	
<i>Teresa Arruda Alvim</i>	975